

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer o aditamento ao requerimento nº 05/2021, para inclusão de convidados na realização de Seminário no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aditamento ao Requerimento nº 5/2021, que solicita a realização de Seminário, no âmbito desta Comissão, para debater os impactos da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa).

Na oportunidade, solicito sejam convidados os(as) seguintes representantes das entidades destacadas abaixo:

- Representante do Sindicato dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita);
- Sr. Paulo Lino Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal);
- Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, presidente da Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB);
- Sr. Marcos de Almeida Camargo, presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF);



* C D 2 1 3 8 8 2 2 0 5 2 0 0 *

- Representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no Distrito Federal (Sindjus-DF).

JUSTIFICAÇÃO

A PEC 32/2020 promove profundas modificações no contexto sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Em linhas gerais, a PEC trata da desconstitucionalização dos direitos, remetendo para leis complementares e ordinárias; ao fim do Regime Jurídico Único (RJU), a instituição de novas modalidades de contratação e as formas de ingresso no serviço público; o fim da estabilidade como regra e uma estabilidade mitigada para os cargos típicos de Estado; o fim das promoções automáticas por tempo de serviço; extinção de vantagens; a transferência da execução de serviços públicos da União para estados e municípios e entidades privadas; a transferência de competências do Congresso Nacional para o Presidente da República para extinguir cargos e órgãos da Administração Pública, entre outras.

Um dos propósitos da reforma, ainda, é o de permitir ao Executivo liberdade para, por decreto, alterar as atribuições de cargos e carreiras, ou promover sua extinção, e, ainda, promover a redução do salário de ingresso no serviço público, revogando inclusive, normas principiológicas relacionadas ao sistema remuneratório e isonomia, hoje contidas no art. 39 da Constituição.

Tendo em vista o impacto que a referida PEC causará ao Estado brasileiro e na prestação de serviços à população, propomos sejam convidados para o seminário já aprovado neste colegiado, membros de diversas entidades representativas do serviço público brasileiro, de diferentes áreas, para fomentar e aprofundar o debate e oportunizar o posicionamento dos(as) mesmos(as) sobre o tema.

Nesses termos, solicitamos o apoio dos nobres membros desta para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2021.



Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

Documento eletrônico assinado por Erika Kokay (PT/DF), através do ponto SDR_56407, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 3 8 8 2 2 0 5 2 0 0 *